



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

Jércia Tomásia Sanca

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientadora:

Doutora Sofia de Sousa Vale, Professora Auxiliar do Departamento
de Economia,
ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



Departamento de Economia Política

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

Jércia Tomásia Sanca

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientadora:

Doutora Sofia de Sousa Vale, Professora Auxiliar do Departamento
de Economia,
ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimentos

Minha profunda gratidão a Deus, pelo suporte nos momentos mais atribulados, pois a sua mão me guiou, deu-me forças e abençoou este caminho que é longo e cheio de desafios.

Agradeço aos meus Pais, Carlos Sanca e Tomásia Lopes Moreira pelo apoio incondicional, pela presença em todas as fases da minha vida. Sem vocês nada seria possível.

Expresso os mais sinceros agradecimentos à Professora Doutora Sofia de Sousa Vale, pela excelente orientação, sou muito grata por toda ajuda e disponibilidade, pelas sugestões, conselhos ao longo desta dissertação. Obrigada por tudo.

E aproveito para agradecer a Dra. Patrícia Gomes que nos últimos anos tem sido muito importante na minha vida e a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização da presente dissertação.

Resumo

O aumento do endividamento público tem avassalado as finanças públicas dos países, sobretudo os subdesenvolvidos devido à baixa capacidade de mobilização de recursos financeiros internos, para financiar as suas políticas de desenvolvimento. Este aumento das dívidas soberanas, aliado a crise internacional de 2008-2009, despertou interesse de economistas para o estudo deste tema, mais especificamente sobre a relação entre a dívida pública e o crescimento económico.

A Guiné-Bissau, um país estruturalmente subdesenvolvido, com grande precariedade das finanças públicas, tem deparado ao longo dos anos com elevado nível de endividamento público à semelhança dos demais países. Deste modo, a presente dissertação pretende analisar as últimas 3 décadas da evolução da dívida pública e do crescimento económico da Guiné-Bissau, ou seja, de 1992 a 2022, de forma a compreender a relação existente entre as duas variáveis macroeconómicas, identificar as principais causas do elevado endividamento e proporcionar uma visão panorâmica da estrutura da dívida pública guineense.

A metodologia utilizada é baseada num caso de estudo, através de análise de dados estatísticos e da pesquisa exploratória de artigos relevantes sobre a temática.

O resultado demonstra a existência de uma relação de causalidade entre a dívida pública e o crescimento económico na Guiné-Bissau, sendo o baixo crescimento económico a condição para o elevado endividamento vigente no país, e constata-se igualmente a existência de outros fatores exógenos que influenciam substancialmente a dívida pública, como a ineficiência na gestão de recursos públicos e o elevado índice de corrupção no País.

Palavras-Chave: Dívida Pública, Crescimento Económico, Défice Orçamental, Guiné-Bissau.

Classificação JEL: F34, H63, O40, O55

Abstract

The increase in public debt has devastated the public finances of countries, especially underdeveloped ones due to the low capacity to mobilize internal financial resources to finance their development policies. This increase in sovereign debts, combined with the international crisis of 2008-2009, aroused the interest of economists in studying this topic, more specifically the relationship between public debt and economic growth.

Guinea-Bissau, a structurally underdeveloped country, with highly precarious public finances, has faced over the years with a high level of public debt, similar to other countries. Therefore, this dissertation aims to analyze the last 3 decades of the evolution of public debt and economic growth in Guinea-Bissau, that is, from 1992 to 2022, in order to understand the relationship between the two macroeconomic variables, identify the main causes of high indebtedness and provide a panoramic view of the structure of Guinean public debt.

The methodology used is based on a case study, through the analysis of statistical data and exploratory research of relevant articles on the topic.

The result demonstrates the existence of a causal relationship between debt and economic growth in Guinea-Bissau, with low economic growth being the condition for the high indebtedness in the country, and also the existence of other exogenous factors that influence substantially the public debt, such as the inefficiency in the management of public resources and the high level of corruption in the country.

Keywords: Public Debt, Economic Growth, Budget Deficit, Guinea-Bissau

JEL Classification: F34, H63, O40, O55

Índice Geral

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Índice Geral	ix
Índice de Figuras	xi
Índice de Tabelas.....	xi
Índice de Anexos.....	xi
Glossário de Siglas.....	xiii
Capítulo 1. Introdução.....	15
Capítulo 2. Revisão da Literatura.....	17
2.1. A Dívida Pública	17
2.2. A Dívida Pública e o Crescimento Económico	19
Capítulo 3. Metodologia e Dados.....	23
3.1. Metodologia	23
3.2. Dados.....	23
Capítulo 4. Contextualização do Ambiente de Estudo.....	25
4.1. Cenário	25
4.2. Estrutura Económica	26
Setores de Atividades	28
4.2.1. Setor Primário	28
4.2.2. Setor Secundário	30
4.2.3. Setor Terciário.....	31
Capítulo 5. Dívida Pública e o Crescimento Económico da Guiné-Bissau.....	33
5.1. Evolução.....	33

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

5.1.1.	Evolução da Dívida Pública e Crescimento Económico 1992-1999.....	33
5.1.2.	Evolução da Dívida Pública e Crescimento Económico Pós-Guerra Civil.....	35
5.2.	O Panorama da Dívida Pública Guineense	39
5.3.	Comparação Internacional.....	42
5.4.	Sustentabilidade da Dívida Pública da Guiné-Bissau	43
Capítulo 6. Discussão dos Resultados.....		45
Conclusão		49
Bibliografia.....		51
Anexos.....		55

Índice de Figuras

Figura 4.1. Mapa da Guiné-Bissau.....	25
Figura 4.2. Contribuição dos Setores de atividade no PIB.....	27
Figura 4.3. Proporção das atividades do Setor Secundário no PIB.....	30
Figura 4.4 Proporção das atividades do Setor Terciário no PIB	32
Figura 5.1. Evolução das Despesas e Receitas Públicas (1992-1999)	33
Figura 5.2. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau (1992-1999)	34
Figura 5.3. Evolução do Crescimento Económico da Guiné-Bissau (1992-1999)	34
Figura 5.4. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau (2000-2013)	36
Figura 5.5. Evolução do Crescimento Económico da Guiné-Bissau (2000-2013)	37
Figura 5.6. Evolução do Crescimento Económico da Guiné-Bissau (2014-2022)	38
Figura 5.7. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau(2014-2022)	39
Figura 5.8. Dívida Externa da Guiné-Bissau por Credor (2022)	41
Figura 5.9. Dívida Interna da Guiné-Bissau % (2022).....	42

Índice de Tabelas

Tabela 4.1. Evolução de atividades do Setor primário % PIB (2018-2022)	28
Tabela 4.2. Evolução das principais Produções Agrícolas (1000 toneladas).....	29
Tabela 5.1. Evolução do stock da Dívida Pública da Guiné-Bissau (2018-2022)	40
Tabela 5.2. Dívida Pública por Credor (2018-2022).....	41
Tabela 5.3 Dívida Pública dos Países da UEMOA % PIB.....	43

Índice de Anexos

Anexo A. Evolução do PIB anual da Guiné-Bissau 1992-2022	55
Anexo B. Cenário de Evolução do PIB da Guiné-Bissau 1992-2022	56
Anexo C. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau 1992-2022	57
Anexo D. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau 1992-2022.....	58

Glossário de Siglas

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BAT- Bilhetes de Tesouro

BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

BM- Banco Mundial

BOAD – Banco de Desenvolvimento da África Ocidental

BP- Banco de Portugal

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

EMP – Empréstimos Malparados

FCFA – Franco da Comunidade Financeira Africana

FMI- Fundo Monetário Internacional

HIPC – Heavily Indebted Poor Countries

IDA – Associação Internacional para Desenvolvimento

MDRI – Multilateral Debt Relief Initiative

MEF - Ministério de Economia e Finanças

OAT- Obrigações Assimilado do Tesouro

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAIGC – Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo-Verde

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB- Produto Interno Bruto

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TOFE – Tabela de Operações Financeiras do Estado

UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africano

USD- Dólar Americano

CAPÍTULO 1

Introdução

O objetivo da presente dissertação é analisar a relação existente entre a dívida pública e o crescimento económico através de um caso de estudo, a Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, é uma ex-colónia portuguesa, localizada na Costa Ocidental da África, faz fronteira a norte com o Senegal, ao sul e leste com a Guiné-Conacri e ao oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. O país é caracterizado por um cenário estrutural de sucessiva instabilidade política, economia altamente dependente de exportação de castanha de caju, e a situação das finanças públicas é extremamente precária.

Desde a sua independência que o país não dispõe de recursos próprios suficientes para o financiamento de políticas públicas, o que resultou em recorrentes défices orçamentais, visto que os setores de onde provinham as principais receitas eram praticamente inexistentes em consequência de onze anos de guerra pela independência (Fonseca, 1988).

Devido à precariedade das finanças públicas, foi necessário recorrer a diversas fontes de crédito e ajudas internacionais para pôr em funcionamento as estratégias de desenvolvimento. Assim, o crescente valor dos empréstimos obtidos ao longo dos anos, implicou acentuar no endividamento público na Guiné-Bissau (Seidi, 2021)

Segundo Herber (1983), o volume excedentário de gastos face às receitas públicas é a pré-condição para o surgimento da dívida pública que é um dos grandes problemas que tem geralmente afetado o crescimento económico dos países, visto que níveis elevados da dívida podem ter efeitos nefastos para o crescimento económico.

Deste modo, a dissertação propõe investigar e responder perguntas de índole macroeconómico no que concerne às variáveis endividamento público e crescimento económico, com isto, entender o contexto histórico da evolução da dívida pública, identificar os fatores que condicionam o excessivo endividamento público da Guiné-Bissau, bem como, compreender o impacto da dívida pública no crescimento económico do país.

O estudo emerge como forma de colmatar a presente insuficiência de trabalhos académicos no que se refere às análises macroeconómicas da Guiné-Bissau, especificamente sobre a dívida pública e possibilitar uma abordagem panorâmica da situação das finanças públicas da Guiné-Bissau.

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

A fim de atingir os objetivos da dissertação, seguiu-se uma abordagem de estudo de caso, cuja metodologia é de carácter misto, por abranger simultaneamente a pesquisa qualitativa e quantitativa como meio de recolha de informações e dados pertinentes para o estudo.

E com base no que foi exposto ao longo da dissertação, conclui-se a existência de uma relação de causalidade entre a dívida pública e o crescimento na Guiné-Bissau, sendo o excessivo endividamento público consequência do baixo crescimento económico do país.

A estrutura do trabalho é composta por 6 capítulos que se interrelacionam, além da conclusão e sendo a introdução o primeiro capítulo. O segundo capítulo centrar-se-á sobre aspetos teóricos da revisão de literatura, mostrando as diferentes perspetivas e argumentos que suportam a ideia da relação entre a dívida pública e o crescimento económico, no capítulo seguinte é apresentado de forma pormenorizada a metodologia e dados utilizados no estudo, no quarto capítulo, dá-se uma breve contextualização do cenário estrutural da Guiné-Bissau. Em seguida, no quinto capítulo, é realizado um estudo empírico sobre a dívida pública e crescimento económico e o trabalho finda com a discussão de resultados fundamentada através de uma análise crítica, de modo a responder às questões fulcrais de investigação.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

2.1. A Dívida Pública

Com os recursos próprios cada vez mais escassos, os governos financeiramente mais frágeis como aqueles considerados mais fortes não conseguem financiar as suas despesas e investimentos através da emissão de moeda, uma vez que os bancos centrais nacionais não podem imprimir moeda necessária para pagar todas as despesas (Keynes, 1929), deste modo, acabam por incorrer dívidas por meio de empréstimos que ajudam o governo a cumprir com as suas metas sociais e de desenvolvimento. Estas dívidas incorridas formam um stock que reflete a acumulação de passivos por determinado governo ao longo do tempo enquanto forma de financiamento de posições deficitárias nas suas contas (FMI, 2008). Um país tem um problema de endividamento excessivo quando o valor presente esperado dos seus recursos futuros é inferior à dívida (Krugman, 1988).

Durante algum tempo, a literatura que tratava do endividamento público de um país em desenvolvimento focava-se principalmente na sua dívida pública externa (Panizza, 2008). Os empréstimos externos permitem aumentar o acesso de um país aos recursos, enquanto os empréstimos internos apenas transferem recursos dentro do país. No entanto, os primeiros estão geralmente associados a vulnerabilidade, podendo levar a crises de dívida. Um stock de dívida externa excecionalmente alto pode afetar negativamente o crescimento económico ao desincentivar os potenciais investidores com receio de investir no país devedor devido à expectativa de que o governo possa aumentar os impostos no futuro para atender a dívida (Mohd & et al, 2013).

O período e a forma como a dívida acumula tem grande importância e geralmente os períodos de crises e recessão podem causar aumento do endividamento, pois muitos países, para anular os efeitos advindos dessas crises, adotam políticas fiscais expansionistas. Segundo Reinhart e Rogoff (2010), as dívidas contraídas em tempos de crise, guerra e recessão são menos problemáticas para o crescimento económico futuro do que as grandes dívidas acumuladas em tempos de paz porque altos gastos de governo em tempos de guerra chegam ao fim com o retorno de paz, enquanto a explosão da dívida em tempos de paz reflete uma dinâmica de economia política instável que pode persistir ao longo do tempo.

A decisão de quanto se endividar é de extrema importância, pois o fardo de pagamento de empréstimos públicos excessivamente elevados pode sobrecarregar as finanças desencadeando a posteriori graves crises de dívida pública (Reinhart, Rogoff & Savastano, 2003). Para Melecky, (2007) esta decisão deve ser determinada pelo nível alvejado de receita, baseado numa análise estratégica da sustentabilidade da dívida dos governos, que está intimamente relacionado com a solvência, ou seja, a capacidade do governo liquidar as suas obrigações de dívida mantendo as suas políticas atuais, sem comprometer negativamente as finanças do país (Burnside, 2004).

Para que o país planeje os seus investimentos e utilize de forma adequada os recursos obtidos há que ter uma boa estratégia de gestão da dívida pública (FMI, 2014), e tendo em conta a composição da carteira da dívida pública existente (Melecky, 2012). Esta estratégia deve ser explícita e tornada pública para informar os mercados, facilitar a monitorização e controlo, garantindo assim a transparência e responsabilidade aos gerentes da dívida pública (Wheeler, 2004).

Um dos principais problemas do endividamento surge com a utilização inadequada da dívida. Se os empréstimos públicos forem utilizados de maneira apropriada, em particular se forem aplicados em investimento público com efeitos económicos multiplicadores, dá-se criação de riqueza, o que subsequentemente gera receitas que cobrem o pagamento de juros e principalmente de dívida. Além disso, a qualidade institucional e a responsabilidade democrática contribuem para estratégias de gerenciamento de dívida (Melecky, 2012), deste modo, autores como Fernández & Velasco (2014); Freddy, Hoebeeck & Buyse (2013) defendem que há maior propensão da dívida pública ser elevada e a qualidade da gestão pública ser inferior nos governos com menor taxa de mobilização de receitas, gestão de orçamento ineficiente, baixa transparência e altos níveis de corrupção. Shleifer & Vishny (1993) consideram ainda que os governos ineficientes e corruptos têm tendência a redirecionar fundos de áreas de investimentos de alto valor como educação e saúde para setores menos produtivos.

Apesar destes, existem outros argumentos contraintuitivos que defendem que mesmo os governos com boa qualidade de gestão podem se comportar de maneira menos eficiente.

Jalles (2011), por exemplo, observou que um governo democraticamente eleito pode não prezar a sustentabilidade orçamental ou não controlar altos níveis de dívida pública se a sua principal preocupação for satisfazer as necessidades dos seus eleitores a curto prazo com o objetivo de se manter no poder, levando a longo prazo a uma taxa de crescimento económico negativo.

2.2. A Dívida Pública e o Crescimento Económico

Foi a partir da crise económica internacional de 2008-2009, com o crescente endividamento dos países desenvolvidos, que o interesse de economistas se renovou e ganhou mais destaque pelo estudo da relação entre a dívida pública e o crescimento económico, tendo como foco o endividamento público total (Presbitero, 2012). Neste contexto o debate ficou certamente mais intenso após a crise e surgiram vários estudos e argumentos teóricos sobre a temática que suportam a ideia que a dívida pública afeta o crescimento económico. Um dos artigos mais influentes sobre o tema é o de Reinhart C. & Rogoff (2010) que explora um conjunto de dados sobre a dívida pública para buscar uma relação sistemática entre altos níveis de dívida pública e o crescimento económico, estes dados são referentes a de 44 países abrangendo cerca de 200 anos e agrupados em 4 categorias.

O principal resultado do estudo é que, enquanto a ligação entre o crescimento e dívida parece relativamente fraca em níveis de dívidas normais, as taxas médias e medianas de crescimento para países com dívida pública acima de 90% do PIB têm impacto negativo no crescimento, verificando-se uma correlação negativa entre as duas variáveis. Reinhart, Rogoff & Savastano (2003) referem que este facto resulta da chamada intolerância ao endividamento, isto é, à medida que o endividamento se eleva e atinge recordes, o prémio de risco também aumenta consideravelmente e faz com que os países muito endividados enfrentem *trade-offs* (conflitos de escolha) complicados e para reduzir o prémio de risco aos credores eles necessitam de fazer um ajuste fiscal forte. Deste modo, o crescimento médio nos países desenvolvidos com dívida superior ao limiar dos 90% é 4% menor do que o dos países com rácio de dívida sobre o PIB mais baixo.

No que diz respeito aos 24 países de economias emergentes, os autores constataam que os efeitos são muito semelhantes, sendo a única diferença a relação existente entre a dívida externa bruta, crescimento económico e inflação, ou seja, à medida que aumenta o rácio da dívida de 30% para 90%, o nível de inflação aumenta significativamente, passando de valores inferiores a 7% para valores próximos de 16%. Utilizando a mesma metodologia, constata-se que os limites para a dívida externa são inferiores aos da dívida pública total. Para endividamentos excessivos em tempos de paz, Reinhart e Rogoff mencionam algumas políticas para redução dos mesmos: “austeridade e baixo crescimento por um longo período, inflação moderada, repressão financeira e reestruturação da dívida” (Reinhart & Rogoff, 2013).

Outro argumento teórico que suporta ideia de que a dívida pública afeta o crescimento económico é o de Panizza & Presbitero (2014). Defendem que estabelecer umnexo de causalidade da dívida para o crescimento requer encontrar uma variável instrumental que tenha um efeito direto sobre a dívida, mas nenhum efeito direto sobre o crescimento. Propõem assim um novo instrumento para a dívida pública, que se baseia no facto de que existindo dívida em moeda estrangeira, mudanças na taxa de câmbio de um país têm efeitos diretos sobre a relação da dívida por PIB. Desta forma, tentam construir uma variável que capture os efeitos causados pela alteração da taxa de câmbio. O artigo fornece evidências de que os países com índices médios de dívida mais altos são mais propensos a ver um efeito negativo no seu desempenho de crescimento de longo prazo. Este resultado é consistente com maiores índices de endividamento estarem associados em média as menores taxas de crescimento do PIB (Eberhardt & Presbitero, 2015), no entanto, difere significativamente da perspetiva de Reinhart e Rogoff que dão suporte à ideia que os efeitos da dívida estão relacionados com um limite estabelecido de 90%.

Deste modo, observam que a ligação entre dívida pública e crescimento é complexa e depende de fatores cíclicos e estruturais, daí a dificuldade em estabelecer um coeficiente limiar de dívida único que seja válido para todos os países (Panizza & Presbitero, 2014). A determinação de um limite específico que desencadeia uma desaceleração do crescimento deve levar em conta a composição da dívida e uma variedade de características dos países que podem restringir as escolhas dos governos e afetar a vulnerabilidade da economia a crises.

Outros autores também questionam a existência de um limiar a partir do qual a dívida pública tem impacto negativo no crescimento. Herndon, Ash & Pollin (2014) replicam o trabalho feito por Reinhart C. & Rogoff para as 20 economias desenvolvidas e encontram várias falhas, como erros de codificação, exclusão seletiva de dados disponíveis e ponderação não convencional das estatísticas resumidas, o que leva a uma representação imprecisa da relação entre a dívida pública e o crescimento. Estes erros conduzem reduções significativas no resultado dos cálculos de Reinhart e Rogoff, (2010) principalmente na categoria dos 90%, a mais importante do estudo, transmitindo uma imagem falsa de que altas taxas de dívida pública inevitavelmente implicam declínios acentuados no crescimento do PIB.

Kumar & Woo (2010) e Checherita & Rother (2010) abordam os efeitos de limiar da dívida e do crescimento, bem como, as questões de não linearidade e concluem que altos níveis de dívida retardam o crescimento, conduzindo em grande medida uma desaceleração de crescimento e da produtividade do trabalho, fruto da redução do investimento e do stock de

capital. Checherita & Rother (2010) estudam uma amostra de doze países da área euro, nos quais, Portugal se encontra incluído, desde 1970 até 2011. O estudo foi feito usando um modelo empírico de crescimento, baseado na convergência condicional e aplicando a técnica de estimação de dados em painel com efeitos fixos corrigido pela autocorrelação. Os autores concluem que o rácio da dívida pública sobre o PIB acima dos 90-100% tem um impacto negativo no crescimento económico de longo prazo. Este facto resulta da existência de uma relação não linear entre a dívida pública e o crescimento do PIB per capita. Contudo, o artigo alerta que estes limites são uma média dos doze países, e que o efeito negativo da alta dívida no crescimento pode começar nos 70%, mantendo a significância estatística.

Segundo Kumar & Woo (2010), dada a possibilidade de não ser apenas a alta dívida a ter um efeito adverso sobre o crescimento, mas do baixo crescimento também poder levar a dívidas elevadas, ou ainda pelo facto da dívida e o crescimento poderem ser determinados em conjunto por uma terceira variável, exploram o impacto de uma dívida pública elevada no crescimento subsequente do PIB per capita. A sua amostra recai num painel de economias avançadas e de mercados emergentes no período de 1970 a 2007. Em média, um aumento de 10 pontos percentuais no rácio da dívida sobre o PIB inicial está associado a uma desaceleração do crescimento do PIB per capita real de 0,2 pontos percentuais por ano. Há ainda alguma evidência de não linearidade, mas apenas para níveis de dívida elevados (acima dos 90% do PIB) tendo um efeito negativo significativo sobre o crescimento. A taxa de crescimento do PIB per capita subsequente, em períodos de cinco anos, durante episódios de dívida inicial elevada (acima dos 90% do PIB) é, em média, menor do que a verificada durante episódios de dívida inicial mais baixa (abaixo dos 30% do PIB).

No entanto, existe uma perspetiva na qual a dívida pública apresenta efeitos positivos no crescimento económico, parte do argumento de que os défices podem aumentar o emprego, a produção e a poupança, sendo os custos decorrentes da dívida compensados pelo aumento da arrecadação de receitas pelo Governo (Eisner, 1992). Do mesmo modo, Camuri (2015) tem a visão que contrapõe a tradicional “tanto dos aspetos relativos a determinados limites de endividamento como aos atribuídos ganhos de crescimento associados as políticas de austeridade fiscal”. Ele analisou as mesmas economias presentes no estudo de Reinhart C. & Rogoff (2010), num período bastante similar (de 1948 a 2012) - o período analisado por eles foi de 1946-2009. O autor comparou os seus resultados com os de Reinhart C. & Rogoff (2010) e com os de Herndon, Ash & Pollin (2014). Camuri utilizou um painel longo como ferramenta econométrica e estimadores FGLS (Feasible Generalized Least Squared) de Driscoll e Kraay

(1998), com erros padrões corrigidos, SUR (Seemingly Unrelated Regressions) e o Teste de Kónya (2006). O interesse principal foi investigar a relação de causalidade entre as variáveis endividamento e crescimento, incorporando “(auto) correlações, heterogeneidades entre os países ao longo do tempo, e considerações das diferentes causalidades possíveis (Camuri, 2015). Os resultados através do teste de Kónya estão em consonância com os trabalhos de Fincke & Greiner (2014) da existência de correlação positiva entre endividamento e crescimento. Com este resultado sugere que as políticas económicas recomendadas para países em desenvolvimento são inadequadas, pois deveriam respeitar as particularidades de cada país e que uma agenda pró-crescimento seria mais adequada na busca para o desenvolvimento económico.

Partindo dos modelos teóricos, existem diferentes perspetivas da relação entre a dívida pública e o crescimento económico em termos empíricos, estas diferentes abordagens debruçam-se nas seguintes principais conclusões: a dívida tem efeitos negativos no crescimento, a dívida tem efeitos positivos no crescimento e a relação entre as duas variáveis caracteriza-se por ser não linear, podendo observar que os resultados da literatura empírica sobre a relação entre dívida pública e crescimento económico estão longe de ser conclusivos (Panizza & Presbitero, 2014).

CAPÍTULO 3

Metodologia e Dados

3.1. Metodologia

Visto que o objeto do estudo cinge-se à relação entre a dívida pública e o crescimento económico da Guiné-Bissau, pretende-se compreender o comportamento conjunto destas variáveis através de caso de estudo. Deste modo, a metodologia utilizada é de carácter misto, por abranger pesquisa qualitativa e quantitativa para uma análise em profundidade do contexto em estudo, interpretando as variáveis que o influenciam.

Segue-se o tipo de pesquisa qualitativa e descritiva através de coletas de informações por meio de pesquisas empíricas e bibliográficas, bem como opiniões de especialistas, para explicar as razões do excesso do endividamento, o seu impacto no crescimento económico e esclarecer quais os fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenómenos e deste modo, permitir o juízo de valor do ambiente envolvente. Para melhor compreensão da dinâmica da evolução da dívida pública e do crescimento económico utilizar-se-á pesquisa quantitativa para recolha de dados das principais variáveis que o estudo irá centrar: a dívida pública e o crescimento económico.

3.2. Dados

Os dados da Guiné-Bissau para o presente estudo abrangem o período de 30 anos, isto é, de 1992-2022, subdivididos em períodos. De 1992 a 1999, período após a guerra civil, de modo analisar a evolução o comportamento de algumas variáveis macroeconómicas e perceber o impacto direto da guerra civil na economia guineense, o período seguinte é de 2000 a 2013, aquando do perdão da dívida pública e 2014 à 2022.

A unidade de medida das variáveis é mil milhões de franco CFA, com dados de periodicidade anual, recolhidos na base de dados do BCEAO, do World Economic Outlook-International Monetary Fund (IMF), do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, e relatórios de organismos internacionais tais como o Banco Mundial, e o Banco de Portugal.

Quanto a obtenção dos dados, vale destacar a existência de grandes limitações pelo facto dos dados do BCEAO, FMI, Ministério das Finanças da Guiné-Bissau não coincidirem, dificultando o cruzamento e melhor tratamento das informações recolhidas.

CAPÍTULO 4

Contextualização do Ambiente de Estudo

4.1. Cenário

A República da Guiné-Bissau, cuja capital é Bissau, está localizada na Costa Ocidental da África, faz fronteira a norte com o Senegal, ao sul e leste com a Guiné-Conacri e ao oeste é banhado pelo Oceano Atlântico (World Bank, 2023).

Além do território continental, incluem 88 ilhas e ilhéus que constituem o Arquipélago dos Bijagós (vide mapa na Figura 4.1) e a sua língua oficial é português, porém, existe grande variedade linguística devido a um património cultural rico e diversificado com multiplicidade de grupos étnicos.

Figura 4.1. Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm>

Com uma população de cerca de 2,1 milhões de pessoas (PNUD, 2022), este território foi colonizado por Portugal, no âmbito de um projeto de descobrimento marítimo, estes foram os primeiros europeus a desembarcar nesta costa em 1446.

Inicialmente a presença portuguesa resumia-se a fins comerciais e só após a Conferência de Berlim, em 1885, que a ocupação efetiva foi realizada.

Em 1959, com a criação do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado pelo Amílcar Lopes Cabral, é que se deu a mobilização para a luta de libertação nacional. Assim, teve a sua independência proclamada unilateralmente em 24 de Setembro de 1973 e reconhecida por Portugal em 10 de Setembro de 1974, considerada a primeira colônia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida. (UNILAB, 2022).

Desde a independência, a Guiné-Bissau tem-se debatido com a governação democrática e a fragilidade institucional, devido aos constantes conflitos de poder entre elites políticas e militares, que resultaram em recorrente instabilidade política (PNUD, 2022)

Devido à pobreza generalizada com elevados níveis de desigualdade e crescentes disparidades urbano-rurais, os indicadores de desenvolvimento permanecem entre os mais baixos do mundo, colocando o país em 177º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano. (PNUD, 2022).

O emprego é precário, concentrado em cargos de baixa produtividade e um elevado nível de informalidade. O setor privado distingue-se por um pequeno mercado interno de baixo valor acrescentado, bem como, de níveis de investimento nacional e estrangeiro extremamente reduzidos.

O setor financeiro é basicamente limitado ao setor bancário, que é dominado por subsidiárias de bancos comerciais pan-africanos. A existência de um considerável setor financeiro informal, acesso escasso ao financiamento e más práticas de contabilidade representam obstáculos significativos ao desenvolvimento do sistema financeiro.

A Guiné-Bissau integra a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), onde figura como um dos países fundadores, à 17 de julho de 1996, e está igualmente inserida na Comunidade Económica dos Países da África Ocidental (CEDEAO) e a moeda nacional é o FCFA que constitui a moeda regional dos países integrantes na UEMOA.

4.2. Estrutura Económica

A Guiné-Bissau possui uma economia pouco diversificada, assente num modelo praticamente monolítico, sendo a principal fonte de receita de exportação proveniente da castanha de caju em bruto (World Bank, 2015a)

No período após a independência, o setor primário era o alicerce da economia guineense, em 1974, 90% da população ativa trabalhava na agricultura, no sentido de promover o

desenvolvimento através de produção que satisfaça o mercado interno e cujo excedente canalizado para a exportação e suporte do setor agroindustrial (Fonseca, 1988). Em 1981 a 1985, o setor primário constituído por agricultura e pescas representava o setor de maior proporção no PIB, com uma contribuição média de 57,12% do PIB, em que atividade agrícola representa 91,44% do setor. Enquanto as atividades industriais apenas contribuem em média 5,06% no produto interno bruto (Fonseca, 1988).

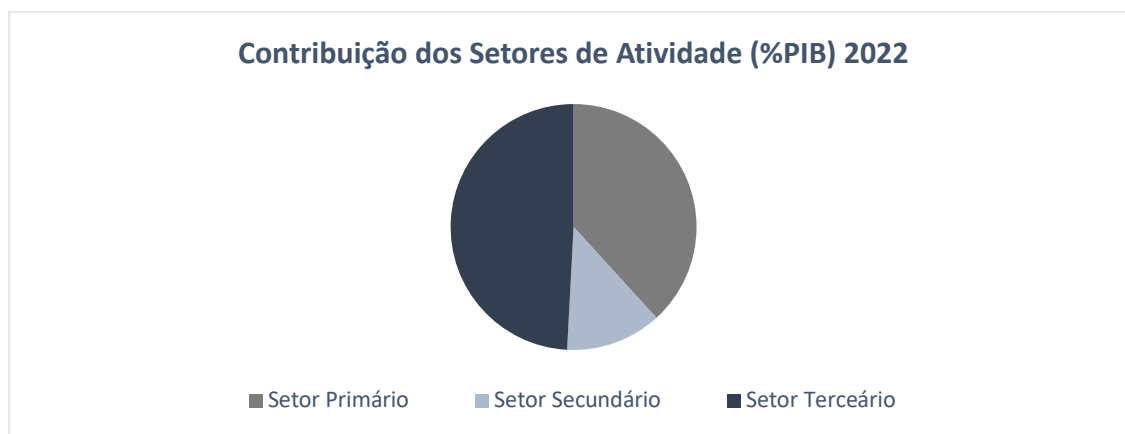
Entre 1990 e 1996, o setor terciário representava o setor de maior peso na economia guineense, contribuindo em média com cerca de 47,08% para o total de 347,91 bilhões de FCFA. Contudo, esta liderança do setor terciário na economia não foi consistente, visto que em alguns períodos o seu peso diminuiu significativamente e o setor primário passou a ter maior proporção na economia, como se verificou a partir de 1997, exceto nos períodos de 2000 a 2001 e de 2010 a 2011.

No início de 2014, dá-se novamente a recuperação do setor terciário devido à venda e reparação de automóveis, rubrica com maior proporção do setor. Esta recuperação perdurou, continuando atualmente a representar o setor com maior predominância na economia, constituindo 46,8% do PIB, através do comércio e serviços de administração pública.

O setor primário tem uma importância fulcral na economia, em 2022 representa 36,4% do PIB, principalmente através da agricultura dominada pela produção de castanha de caju não processada e horticultura.

No que concerne ao setor secundário, o tecido industrial guineense é estruturalmente subdesenvolvido, atualmente representa aproximadamente 12% do PIB, e constitui o setor de menor relevância económica pela sua reduzida contribuição na economia, como se verifica na figura 4.2.

Figura 4.2. Contribuição dos setores de atividade no PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau; TOFE

Setores de Atividades

4.2.1. Setor Primário

A estrutura do setor primário guineense é dominada pela agricultura, que representa a atividade com maior peso no setor, através de agricultura de subsistência e produção de castanha de caju.

Tabela 4.1. Evolução de atividades do setor primário % PIB (2018-2022)

Peso das Atividades no PIB	2018	2019	2020	2021	2022
Valores Percentuais (%)					
Setor Primário	34,7	32,9	33,1	34,2	36,4
Agricultura	27,9	26,2	26,0	27,3	29,5
Pecuária e Caça	2,9	3,0	3,1	3,0	2,9
Silvicultura e Extração Flores	0,8	0,5	0,5	0,5	0,6
Pesca e Aquacultura	3,1	3,2	3,5	3,4	3,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, TOFE

Na tabela 4.1, pode se constatar que nos últimos 5 anos, a atividade agrícola teve um crescimento positivo, embora em índices muito reduzidos, passando de 27,9% do PIB em 2018 para 29,5% do PIB em 2022. Este crescimento deveu-se sobretudo ao aumento da produção de castanha de caju.

O setor produtivo da Guiné-Bissau é pouco diversificado e, a partir do período pós-independência até os finais dos anos 90, como se pode verificar na tabela 4.2, a principal produção guineense baseava-se no cultivo do arroz, o principal produto de alimentação. Entretanto, grande parte desta produção destinava-se ao autoconsumo, e apenas a remanescente era exportada.

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

Tabela 4.2. Evolução das principais produções agrícolas (1000 toneladas)

Produções Agrícolas	1997	1998	2000	2005	2011	2015	2017
Arroz	139,98	126,10	82,37	99,91	176,51	171,77	165,10
Mandioca	31,70	32,00	32,00	38,01	49,67	54,70	57,28
Sorgo	7,19	7,19	11,20	14,89	18,99	16,25	19,99
Castanha de Caju	75,95	83,98	95,42	127,64	200,01	191,52	194,69
Milho	8,94	8,93	10,22	13,85	5,81	5,61	6,61

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, TOFE

Atualmente, o caju representa a maior produção agrícola e a economia guineense é altamente dependente da sua produção, visto que, constitui 90% do total das exportações e proporciona rendimentos a cerca de 85% da população, principalmente aos pequenos agricultores e trabalhadores temporários (OCDE, 2011).

O seu volume de produção é condicionado pelo risco de deterioração relacionado com fenómenos climáticos, em particular cheias e inundações, que têm impacto significativo na economia, visto que o crescimento económico está intrinsecamente ligado aos resultados de produção e exportação de castanha de caju.

A grande dependência da economia guineense, devido ao padrão altamente não diversificado das exportações, expõe o país a choques externos de volatilidade dos preços e condiciona substancialmente o seu desempenho económico.

Vale a pena enfatizar que, apesar da exportação de castanha de caju constituir importante fonte de receita para a economia guineense, a maioria do caju é exportada na sua forma bruta sem qualquer valor acrescentado (World Bank, 2015a), apenas uma pequena parte da produção sendo transformada localmente, não permitindo o país beneficiar plenamente desta importante riqueza.

A segunda maior atividade do setor primário da Guiné-Bissau é pesca, com uma proporção de 3,4% do PIB, como se verifica na tabela 4.1.

As receitas provenientes desta atividade estão intimamente relacionadas a emissão de licenças de pescas às embarcações estrangeiras e acordos internacionais. A falta de

infraestruturas pesqueiras limita consideravelmente a possibilidade de o país explorar as suas grandes potencialidades piscatórias, dependendo unicamente das receitas das licenças emitidas.

A pecuária está em fase de desenvolvimento, a criação bovina faz-se de modo tradicional, sem utilização de tecnologias. Esta atividade tem um peso de 2,9% do PIB em 2022.

A exploração florestal constitui uma atividade pouco desenvolvida, tem uma proporção de 0,6% no PIB, apesar de representar uma oportunidade para o país pela grande potencialidade em gerar produtos muito valorizados no mercado internacional.

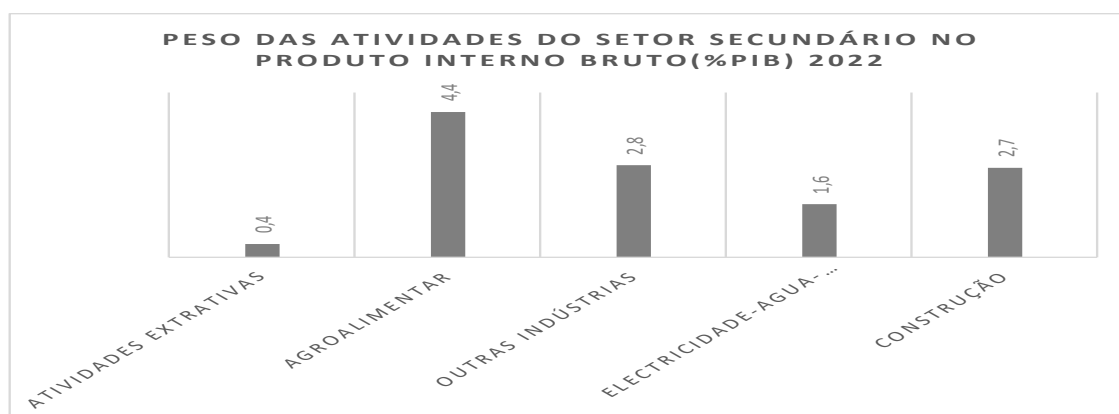
4.2.2. Setor Secundário

Após o longo período de guerra pela independência e a posterior guerra civil, o país sofreu desestruturação industrial, perdeu grande parte da sua capacidade produtiva e a estrutura do setor secundário tornou-se extremamente débil.

A evolução do setor secundário não foi significativa ao longo dos anos, apresentando sempre taxas de crescimentos muito reduzidas. Atualmente é o setor que menos contribui para a economia, representando apenas 12% do PIB.

Conforme se verifica na figura 4.3, a atividade com maior predominância no setor é ligada à indústria agroalimentar, que contribui com cerca de 4,4% do PIB. Entretanto, esta atividade possui uma estrutura extremamente precária, o seu volume de produção não permite autossuficiência e condiciona o país a importar a maioria dos produtos, principalmente produtos alimentares.

Figura 4.3. Proporção das atividades do setor secundário no PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, TOFE

As indústrias de construção são pouco dinamizadas e o volume de negócios é praticamente insignificante, pelo que não contribuem para a expansão sustentável do setor, tem um peso de 2,7% no produto interno bruto.

De acordo com o Plano Estratégico e Operacional – Terra Ranka (2015-2025), as empresas ativas no país são pequenas pedreiras de materiais de construção tais como granito, argila e bloco.

A Guiné-Bissau dispõe de importantes riquezas mineiras tais como bauxite, fosfato além dos estudos que também apontam para existência do petróleo, pelo que a exploração destes recursos mineiros teria um impacto importante na economia do país, no entanto, a atividade extrativa constitui a atividade que menos peso tem no produto interno bruto não só no setor secundário, mas em todos os setores de economia guineense, representando 0,4% do PIB.

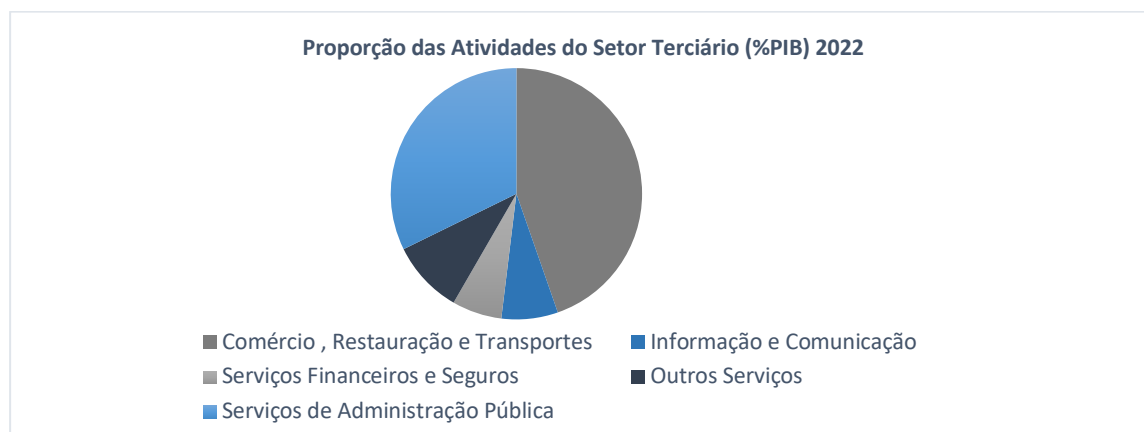
As restantes atividades constituintes do setor secundário estão ligadas a eletricidade, água, saneamento e outras industriais não especificadas.

4.2.3. Setor Terciário

O setor terciário ao longo dos anos tem evoluído exponencialmente e contribuído positivamente para o crescimento económico guineense, atualmente contribui em cerca de 46,8% para o PIB, no entanto, o maior segmento deste setor é informal, visto que a grande parte da força laboral empregue no setor está distribuída em pequenas atividades de comércio informal, transporte e microempresas familiares que não se encontram registadas, e consequentemente evitam o cumprimento de pagamento dos impostos. Embora não gere receitas tributárias significativas, o segmento informal tem grande influência no crescimento económico guineense através do aumento do consumo da população.

Na figura 4.4, constata-se que comércio, restauração e transportes representam atividades de maior predominância no setor terciário, com um peso total de 20,9% do PIB.

Figura 4.4. Proporção das Atividades do Setor Terciário no PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, TOFE

A outra parte deste setor corresponde a trabalho assalariado e serviços de administração pública que representa cerca de 15,1% do PIB e geram significativas receitas públicas através de imposto sobre os rendimentos auferidos.

Outras atividades que se englobam no setor terciário são as atividades de prestação de serviços ligadas ao turismo, que é pouco explorado, mesmo sendo uma área de potencialidade económica para o país devido à existência de ilhas, grande diversidade cultural e condições naturais propícias para o seu desenvolvimento.

Os serviços financeiros e atividades de comunicação também contribuem para a economia da Guiné-Bissau, embora de forma reduzida, respetivamente em cerca de 3%, 3,4% no PIB.

De modo geral, pode-se verificar que, a economia guineense é altamente dependente da exportação de castanha de caju, isto devido a sua estrutura económica débil e subdesenvolvida que não permite grande especialização dos produtos exportados. O setor secundário, importante impulsionador da economia, através de criação de empregos e aumento do valor acrescentado dos produtos, continua a ter pouca influência da economia da Guiné-Bissau e a instabilidade política recorrente tornou-se igualmente um obstáculo ao desenvolvimento económico, minando o investimento do setor privado e impedindo a diversificação dos setores de atividade, sendo necessário criar mecanismos para uma reestruturação económica, de modo a permitir maior diversificação dos setores bem como maior especialização dos produtos exportados a fim de promover o desenvolvimento económico.

CAPÍTULO 5

Dívida Pública e o Crescimento Económico da Guiné-Bissau

Os governos usam os orçamentos para planear e controlar as suas contas públicas para um determinado período, e assim, com base nas propostas orçamentais, implementar os programas de desenvolvimento económico. Na situação de um orçamento deficitário e na impossibilidade de utilizar instrumentos da política fiscal ou monetária para financiar os défices, o governo recorre a empréstimos para cobrir as suas despesas (Lima & Diniz, 2016).

A elevada dependência da exportação de castanha de caju como forma de obtenção de receita pública da Guiné-Bissau e a não diversificação dos setores de atividade condicionam fortemente o desenvolvimento económico do país.

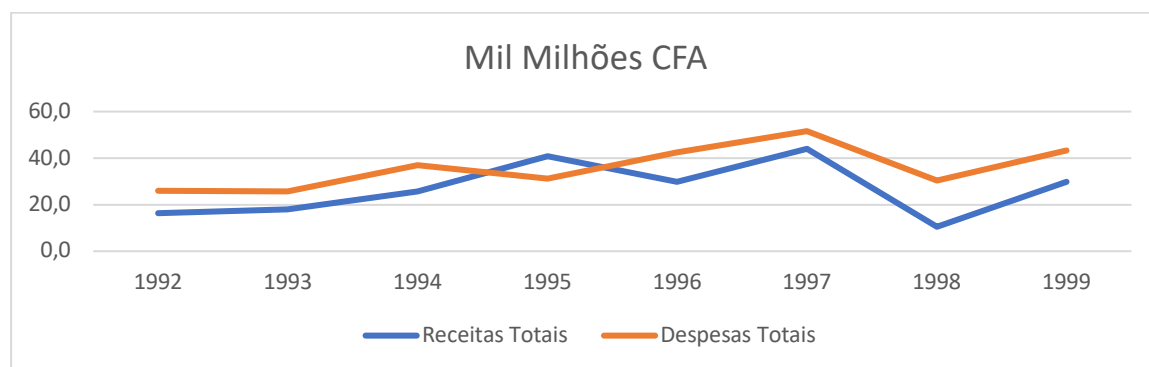
5.1. Evolução

5.1.1. Evolução da Dívida Pública e Crescimento Económico 1992-1999

No período de 1992 a 1999, observa-se uma tendência crescente das receitas e despesas públicas, embora em proporções distintas, com exceção do ano 1998, onde as receitas e despesas tiveram diminuição de 33,5 mil milhões de FCFA e 21,2 mil milhões de FCFA respetivamente, devido à guerra civil (Ver figura 5.1).

O elevado nível de despesas públicas e o crescimento das receitas que não acompanha esse aumento de despesa levou as contas públicas guineenses a sucessivos défices, exceto no ano 1995. Assim, podendo verificar que o desequilíbrio orçamental na Guiné-Bissau é bastante dominante, bem como a necessidade de recorrer as outras fontes de financiamento é fortemente evidente.

Figura 5.1. Evolução das despesas e receitas públicas (1992-1999)

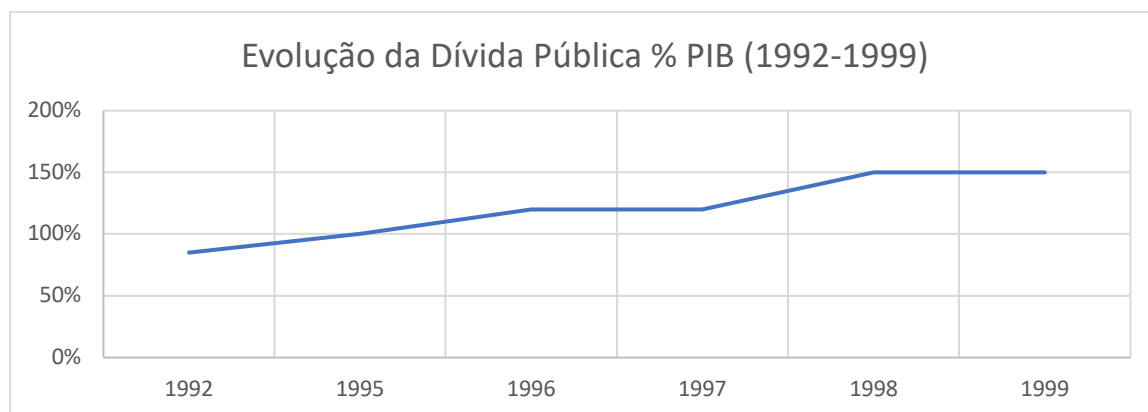


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau;

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

Conforme se verifica na figura 5.2, neste período o nível do endividamento público aumentou, passando de 85% do PIB em 1992 para 150% do PIB em 1998, como forma de financiar as despesas correntes da administração pública.

Figura 5.2. Evolução da dívida pública da Guiné-Bissau (1992-1999)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Country Economic;

A economia guineense teve uma trajetória de crescimento económico ascendente, e em 1996, com a expansão dos setores de atividades, especificamente do setor primário, o país teve uma taxa de crescimento elevada de 11,6%, para o qual contribuiu significativamente a elevada exportação de castanha de caju.

Entre 1998 e 1999, o conflito militar eclodiu na Guiné-Bissau, este teve reflexos drásticos para o sistema produtivo, destruindo as infraestruturas, paralisando as atividades económicas e deteriorando a situação precária das finanças públicas. Neste período, a economia foi desarticulada por reformas totalmente interrompidas, desencadeando uma recessão económica e o PIB contraiu 28,1% considerada a pior da sua história do país, conforme consta na figura 5.3.

Figura 5.3. Evolução do Crescimento Económico da Guiné-Bissau (1992-1999)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Bank;

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

Com o final do conflito em 1999 a 2000, dá-se um processo de reorganização e estabilização económica apoiado pelo FMI e pelo BM para o triénio 1999-2001, com objetivo de construção de paz e de encorajar a implementação de reformas (Banco de Portugal, 2000).

O stock da dívida pública que vinha aumentando desde 1992, intensificou no ano 2000, assumindo um patamar extremamente elevado e o rácio da dívida sobre o PIB atingiu 220% segundo os dados de Country Economic.

Segundo o Diretor Geral da Dívida Pública da Guiné-Bissau, após a guerra civil, o nível do endividamento disparou devido ao surgimento de dívidas não auditadas que foram consideradas prejuízos de guerra. Com a finalidade de arrecadar receitas e libertar o Estado do peso das dívidas públicas, o governo optou pela privatização de algumas empresas. Este processo de privatização de empresas ocorreu sem uma política bem definida e sem mecanismos de controlo e fiscalização adequados, de modo que, algumas empresas foram parar nas mãos de políticos, traduzindo-se a privatização um processo de transferência de bens públicos para as mãos de uma elite política, e esta medida adotada não teve nenhum impacto positivo na diminuição da dívida pública.

Vale ainda ressaltar que a questão não é propriamente o valor da dívida, mas a impossibilidade de o governo gerar receitas e utilizá-las adequadamente para apaziguar os efeitos do endividamento.

5.1.2. Evolução da Dívida Pública e Crescimento Económico Pós-Guerra Civil

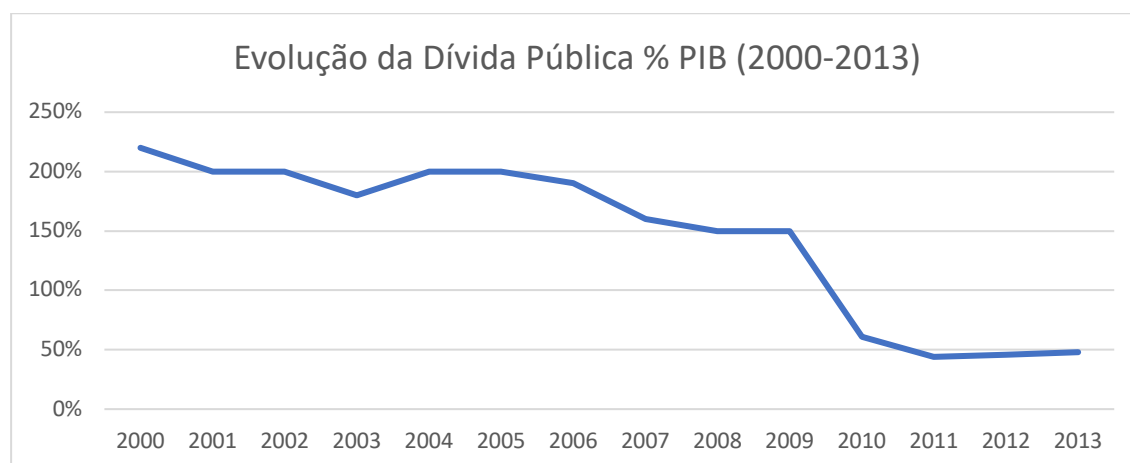
Após a guerra civil, os anos subsequentes, especificamente 2002 e 2003 foram igualmente marcados por instabilidade política com reflexos negativos na atividade económica. De acordo, com o Relatório de Banco de Portugal sobre Economia dos Países de PALOP e Timor-Leste (2002-2003), a conjuntura do país resultou em suspensão no financiamento do programa trienal 2000-2003, acordado com as instituições de Bretton Woods¹, contribuindo deste modo, na significativa acumulação de atrasados dos serviços da dívida e consequentemente no aumento do stock da dívida pública.

¹ Os acordos de Bretton Woods foram propostas definidas por 44 países na Conferência Monetária Financeira Internacional das Nações Unidas realizada entre 1 a 22 de Julho de 1944, para criação do novo sistema monetário internacional após a 2ª guerra mundial, para garantir a estabilização monetária e financeira; para ver mais : <https://www.federalreservehistory.org/essays/bretton-woods-created>

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

A partir de 2004, com a realização das eleições, o país testemunhou uma maior estabilidade e melhores resultados, o crescimento do PIB passou a ser positivo com uma média de aproximadamente 4% no período de 2004 a 2011, e no mesmo período com os esforços de recuperação da atividade económica, abrandamento das despesas públicas e disciplina imposta aos países altamente endividados, a dívida pública apresentou uma tendência decrescente, conforme se verifica na figura 5.4.

Figura 5.4. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau (2000-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Country Economic;

Em 2010, através de uma iniciativa lançada em 1996 pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, posteriormente aprimorada em 1999 com objetivo de aliviar a dívida dos países pobres mais endividados do mundo, a Guiné-Bissau conseguiu alcançar o ponto de conclusão da iniciativa de Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Assim, alguns credores multilaterais e Bilaterais comprometeram-se a anular os seus créditos, para que o país atinga a sustentabilidade da dívida e permitir a redução da pobreza.

A dívida externa passou de 128% em 2009 para 20,1% no final de 2010, permitindo que o país amortizasse significativamente as suas dívidas, incluindo juros em atraso.

Após a iniciativa HIPC, em maio de 2011, a Guiné-Bissau beneficiou novamente de alívio de dívida no âmbito de acordo Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI), e os credores pertencentes ao Clube de Paris ² decidiram cancelar 283 milhões de dólares de dívida da Guiné-Bissau (OCDE, 2011) e o remanescente da dívida externa para com os credores fora de Clube

² O Clube de Paris, fundado em 1956 em Paris, foi criado para prestar auxílio a países devedores com problemas temporários de liquidez, através de mecanismos de reescalonamento e alívio da dívida; para mais informação consultar <https://clubdeparis.org>

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

de Paris foi objeto de reescalonamento em aproximadamente 53% (FMI, 2013), consequentemente o stock da dívida pública diminuiu consideravelmente de 150% do PIB em 2009 para 44% do PIB em 2011, como se pode observar na figura 5.4, pela primeira vez após a guerra civil, o rácio da dívida esteve abaixo dos 100% do PIB e a economia cresceu para 8,08% em 2011 comparativamente a 3,36% em 2009.

Este período de estabilidade política e avanço económico terminou abruptamente devido às perturbações políticas causadas pelo golpe de estado em 12 de abril de 2012.

Com o golpe militar, as exportações de castanha de caju foram suspensas, houve cancelamento de programas de cooperação internacional e criou-se um ambiente de elevada incerteza. Consequentemente, e segundo os dados do Banco Mundial (BM), que constam na figura 5.5, a economia registou uma taxa de crescimento negativa de 1,7% em 2012.

Figura 5.5. Evolução do Crescimento Económico da Guiné-Bissau (2000-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Bank;

Esta recessão fruto da instabilidade política repercutiu nos financiadores bem como na redução do apoio orçamental por parte dos doadores e parceiros de desenvolvimento, deste modo, a incapacidade de o Estado gerar receitas suficientes culminou em sucessivos défices orçamentais que tiveram de ser financiados por meio de contração de empréstimos.

A fraca produtividade e utilização inadequada dos recursos em investimentos que não geram receitas públicas condicionam a sustentabilidade da dívida pública da Guiné-Bissau, assim a obtenção de dívida para o refinanciamento da dívida já contraída criou um círculo vicioso da dívida, comumente designada de armadilha da dívida pública.

De acordo com o relatório de Banco de Portugal sobre Economia dos países de PALOP e Timor-Leste (2017-2018), o stock da dívida pública em 2017 reduziu para 50% comparado a 57% do ano anterior devido à eliminação de dívidas internas e condições de empréstimos mais favoráveis, principalmente obtenção de créditos concessionais. Após esta diminuição da dívida,

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

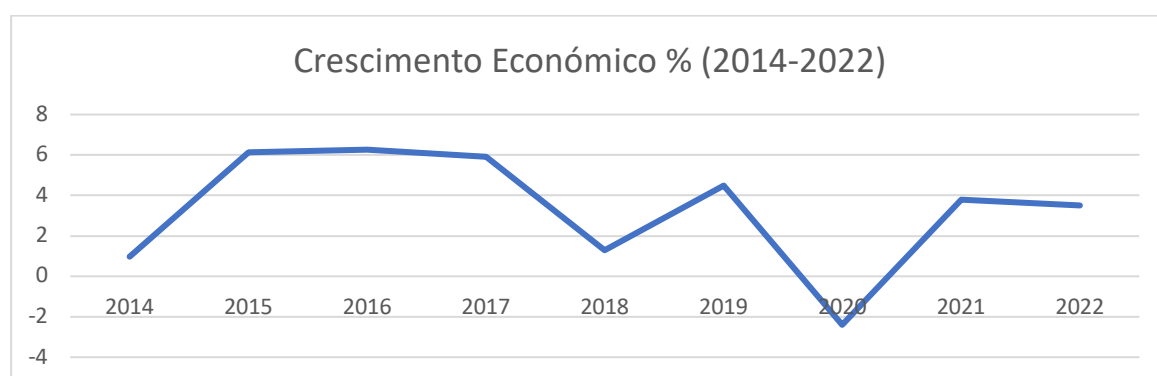
nos anos seguintes retomou a tendência crescente e segundo o FMI, o nível do endividamento cresceu abruptamente devido a empréstimos em condições desfavoráveis e os crescentes níveis de empréstimos malparados (EMP), que igualmente exacerbaram a dívida e aumentaram o risco de crédito.

No final de 2019, o stock da dívida aumentou consideravelmente, atingindo 912,93 milhões de dólares comparativamente a 612,87 milhões de dólares em 2018 devido a empréstimos para financiar projetos de infraestruturas e outras reabilitações públicas cujos documentos presumiam implementação rápida, mas na realidade não estão refletidos no plano de investimento público e consequentemente não geraram nenhum retorno capaz de contribuir positivamente no crescimento económico (FMI, 2021).

O surgimento e a propagação do surto pandémico da COVID19, comprometeu grande parte da atividade económica, cujas consequências são bem evidentes pela diminuição de taxa de crescimento económico em 2020, agravando significativamente a crise financeira caracterizada pela débil situação das finanças públicas e precariedade de condições de vida da população devido à inacessibilidade de bens públicos e baixo poder de compra já existente na Guiné-Bissau.

As medidas de prevenção adotadas na pandemia tiveram impacto sobre a campanha de comercialização e exportação de castanha de caju, afetando a arrecadação de receitas para o tesouro público e paralisação da atividade económica, deste modo a contração de 2,4% do PIB em 2020, que se verifica na figura 5.6, explica-se pelo fraco desempenho em todos os setores da economia.

Figura 5.6. Evolução do Crescimento Económico da Guiné-Bissau (2014-2022)

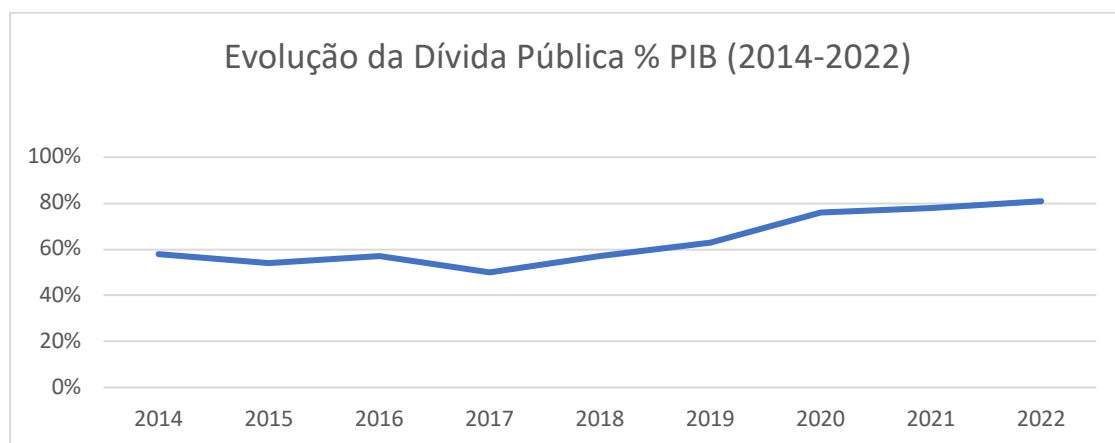


Fonte: Elaboração própria a partir de dados de World Bank;

Pela precária situação de finanças públicas, o Estado beneficiou de financiamento externo, nomeadamente de Banco Mundial, FMI e Banco Islâmico de Desenvolvimento no valor de

cerca de 28,8 milhões de dólares para fazer face às necessidades emergentes e o Estado recorreu igualmente ao mercado da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), para emissão de títulos de tesouro e empréstimos aos bancos comerciais a taxa não concecional, o que agravou o custo da dívida, consequentemente o endividamento público aumentou e o rácio da dívida atingiu 76,5% do PIB em 2020, o que se observa na figura 5.7.

Figura 5.7. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau(2014-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Country Economic

Em 2021 a atividade económica conseguiu restabelecer-se com o aumento da procura de caju no mercado internacional e recuperação dos setores de atividade, que levou um crescimento de 3,8% do PIB, contudo, o rácio da dívida manteve a sua tendência crescente atingindo 78,9% em 2021 e 81% em 2022 (Banco de Portugal, 2022).

De acordo com o relatório do FMI 23/206, a dívida pública aumentou em 2022, comparativamente ao ano anterior devido a um défice superior, a novas garantias do governo concedidas principalmente a empresas de serviços públicos (0,5% do PIB) e ao reconhecimento de atrasados cruzados aos fornecedores com créditos malparados ³no banco subcapitalizado (0,4% do PIB).

5.2. O Panorama da Dívida Pública Guineense

O presente capítulo mostra o atual mercado da dívida pública da Guiné-Bissau, comparando a dinâmica da sua evolução em alguns anos e a sua composição, de modo a possibilitar maior perceção das características da dívida.

³ Créditos Malparados são títulos das instituições financeiras que entram em incumprimento por falta de pagamento.

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

A estrutura da dívida guineense é composta maioritariamente pela dívida externa, contraída junto de credores multilaterais e bilaterais.

Fazem parte de credores multilaterais o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), entre outros.

Os credores bilaterais, por sua vez, são compostos pelo Clube de Paris e países não pertencentes do Clube de Paris.

Quanto à dívida interna, esta é contraída junto dos agentes económicos residentes e geralmente os empréstimos são expressos em moeda nacional, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA).

Com base nos dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, que constam na tabela 5.1, verifica-se que o stock da dívida pública da Guiné-Bissau nos últimos 5 anos, teve um crescimento exponencial, passou de 612,88 milhões de dólares em 2018, para 1481,18 milhões de dólares em 2022, a dívida pública guineense mais que duplicou neste período. No entanto, os desembolsos e pagamento de serviços da dívida também apresentaram uma tendência crescente, o que pode dar a perceção do Estado contrair dívidas para atender os custos e refinanciamento dos atrasados.

Tabela 5.1. Evolução do stock da Dívida Pública da Guiné-Bissau (2018-2022)

<i>Evolução do Stock da dívida Pública em mil milhões USD</i>	2018	2019	2020	2021	2022
Dívida Pública Total	612,88	912,93	1173,44	1261,01	1481,18
Dívida Interna	154,23	368,36	525,31	566,69	772,51
Dívida Externa	458,65	544,57	648,13	694,32	708,67
Total de Desembolsos	124,32	166,94	353,71	244,04	277
Dívida Interna	69,29	133,16	251,06	201,23	240,19
Dívida Externa	55,03	33,78	102,65	42,81	36,81
Total do Serviço da Dívida Pública	91,51	86,48	166,39	192,05	156,08
Dívida Interna	81,63	79,09	141,05	153,39	144,98
Dívida Externa	9,88	7,39	25,34	38,66	11,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

Na tabela 5.2, verifica-se a distribuição dos valores da dívida por credores, e pode-se constatar que a Guiné-Bissau é financiada em grande parte por credores multilaterais, representando aproximadamente 40% do total da dívida em 2022.

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

Estas dívidas dos credores multilaterais são destinadas principalmente a financiar os projetos de desenvolvimento e impulsionar o investimento público.

O peso da dívida interna teve um crescimento exponencial nos últimos anos devido à emissão de títulos de tesouro e a financiamentos obtidos no mercado sub-regional da UEMOA.

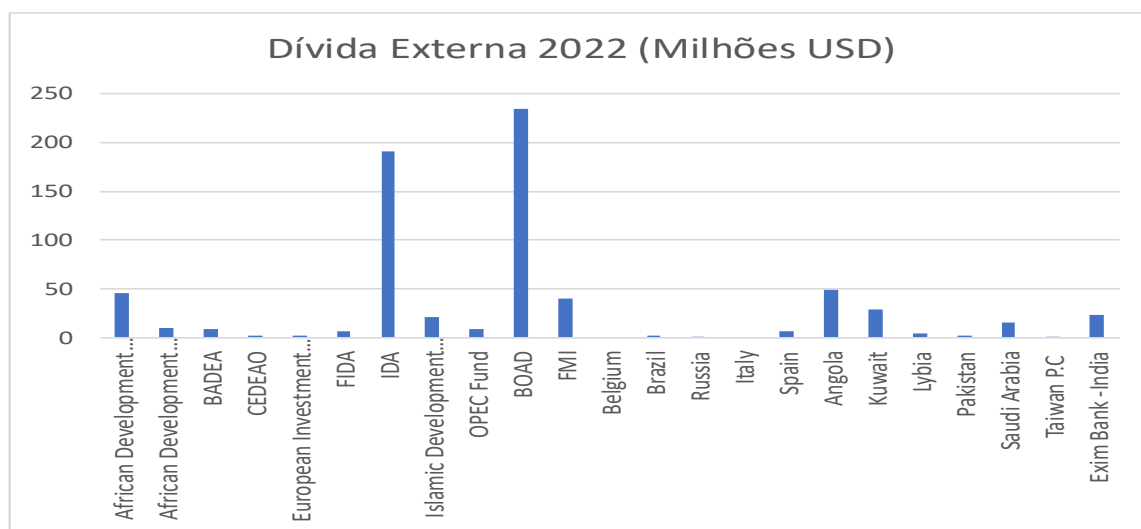
Tabela 5.2. Dívida Pública por Credor (2018-2022)

<i>Evolução do Stock da dívida Pública em mil milhões USD</i>	2018	2019	2020	2021	2022
Dívida Externa	458,55	544,57	648,13	694,32	708,67
Credor Multilateral	384,84	429,26	532,79	564,11	574,01
Credor Bilateral	73,71	115,31	115,34	130,21	134,66
comercial			-	-	-
Dívida Interna	154,23	368,37	525,31	566,69	772,52
Autoridade Monetária	46,8	186,85	203,32	196,4	173,91
Instituições Financeiras	4,06	35,48	61,83	21,68	42,7
Títulos Públicos	103,37	146,04	260,16	348,61	403,46
Dívida Auditada			-	-	152,45
Dívida Pública Total	612,78	912,94	1173,44	1261,01	1481,19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

Segundo os dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau que constam na figura 5.8, pode-se verificar que atualmente, o maior credor da dívida externa é o BOAD (Banco Oeste Africano de Desenvolvimento), com um valor acumulado em 2022 de 234,68 milhões de USD.

Figura 5.8. Dívida Externa da Guiné-Bissau por Credor (2022)

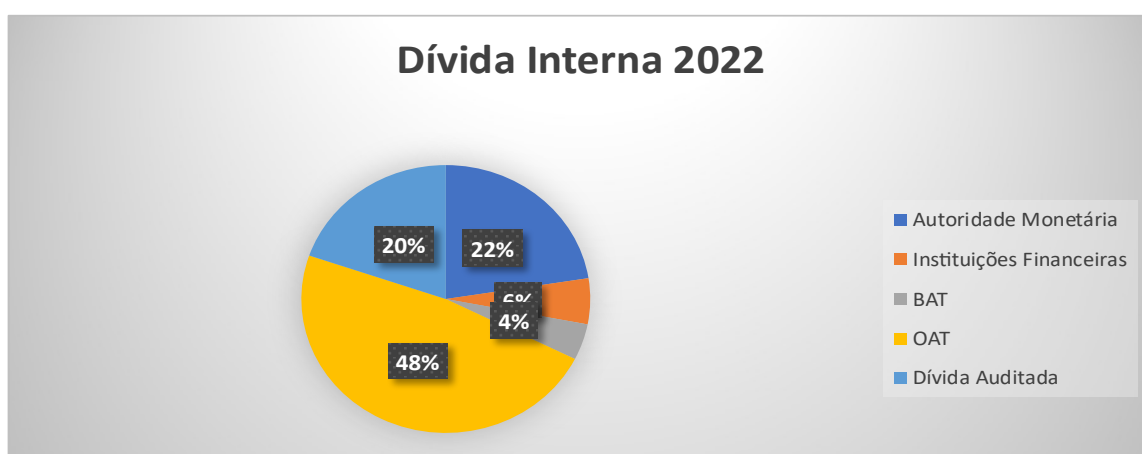


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

No que concerne a carteira de dívida interna guineense, esta é composta essencialmente por dívidas com os bancos comerciais, títulos de tesouro e empréstimos obtidos no mercado sub-regional da UEMOA.

Em 2022, a maior parcela da dívida interna é constituída por títulos de tesouro, destacando-se as obrigações de tesouro que representam cerca de 48% do stock da dívida interna (ver figura 5.9), superando os bancos comerciais e outras autoridades monetárias que igualmente financiam investimentos públicos capazes de promover o desenvolvimento económico do país.

Figura 5.9. Dívida Interna da Guiné-Bissau % (2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau

5.3. Comparação Internacional

Este capítulo visa compreender melhor a situação do endividamento público da Guiné-Bissau num contexto mais alargado, comparando o nível da dívida pública da Guiné-Bissau em relação aos países da UEMOA.

A Guiné-Bissau integrou na UEMOA de forma a permitir maior estabilidade monetária, criação de um ambiente mais atrativo e controlo das finanças públicas. Deste modo, com esta adesão, a Guiné-Bissau substituiu a sua moeda nacional, o peso para Franco CFA, para harmonização de políticas monetária e cambial com os países já integrantes.

Além da substituição da moeda, foram acordados critérios de convergência a todos os países integrantes, sendo os principais, existência de défice orçamental 3% e rácio da dívida pública sobre o PIB inferior a 70%.

Nesta ótica, analisando os dados da evolução da dívida pública dos países da UEMOA, que constam na tabela 5.3, verifica-se uma tendência crescente do endividamento público nos

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

últimos anos. Esta evolução é grande parte justificada pelo baixo nível de mobilização de receitas internas, precariedade das finanças públicas e aumento das necessidades de financiamento gerado pela pandemia e outros choques exógenos.

Tabela 5.3. Dívida Pública dos Países da UEMOA % PIB

Coluna1	2017	2018	2019	2020	2021
Togo	56,61	57	52,35	60,28	63,75
Benin	39,6	41,08	41,23	46,14	49,94
Burkina Faso	33,16	38,21	42,05	44,87	48,21
Guiné-Bissau	52,41	59,69	65,75	78,2	78,89
Niger	36,51	39,53	40,53	44,97	51,34
Senegal	61,14	61,52	63,58	69,17	73,16
Mali	35,98	37,52	40,73	46,93	50,58

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Country Economic

Comparando o nível da dívida dos países, na união, com base nas mais recentes estatísticas, a Guiné-Bissau em 2021 possui 78,89% com risco de sobre-endividamento total e externo elevado de acordo com o FMI, e o Senegal cuja dívida disparou nos últimos anos, atinge 73,16%, ambos excedendo o limite comunitário de 70% do PIB e não cumprindo com os critérios de convergência da UEMOA.

Apesar do crescente endividamento dos países, Burkina Faso, com aumento de 15,05% da dívida pública de 2017 para o ano 2021, como se verifica na figura 5.3, é o país com o menor nível do endividamento público da comunidade.

5.4. Sustentabilidade da Dívida Pública da Guiné-Bissau

O elevado rácio da dívida soberana em diversos países, especificamente da Guiné-Bissau, constitui uma fonte de preocupação, neste contexto, a avaliação de sustentabilidade dívida pública é crucial para os decisores políticos, e as metodologias para sua análise permitem avaliar as condições de liquidez e solvabilidade da dívida, de modo, a compreender o problema de forma mais complexa das finanças públicas.

De acordo com Relatório de Banco de Portugal- Avaliação Analítica da Sustentabilidade, a liquidez está relacionada com a capacidade de os governos cumprirem compromissos de curto

prazo e refinanciarem a dívida vencida a um custo razoável, enquanto a solvabilidade representa a capacidade dos governos gerarem excedentes orçamentais primários, permitindo que a restrição orçamental seja cumprida sem rutura nas políticas monetária e fiscal.

Com base no Relatório do FMI 22/42, a Guiné-Bissau encontra-se em elevado risco de sobre-endividamento externo e total, mas a dívida pública é considerada sustentável num quadro prospetivo, devido ao compromisso de forte mobilização de recursos por parte dos doadores para implementação de políticas robustas.

O contexto regional favorável da Guiné-Bissau, devido aos apoios financeiros das instituições e países da UEMOA, reduz significativamente os riscos de refinanciamento associados da dívida interna a médio prazo, de modo que se projeta um declínio gradual do valor atual da dívida pública face ao PIB, permitindo o país cumprir com os critérios de convergência da UEMOA a médio prazo (2025-2026).

Segundo o economista guineense Aliu Soares Cassama, a Guiné-Bissau corre sérios riscos de entrar em incumprimento financeiro, tendo em conta o elevado nível da dívida, e consequentemente dispõe de margem reduzida para contrair empréstimos devido ao elevado risco⁴. Deste modo, sem um ajuste fiscal significativo e apoio externo, a situação tende a agravar pelo facto dos empréstimos públicos guineenses não serem utilizados de maneira apropriada em investimentos públicos com efeitos multiplicadores capazes de gerar receitas que cobrem o pagamento de juros e principalmente da dívida pública, mitigando o risco do país vir a entrar em *default*, que ocorre quando a dívida pública aumenta de forma exponencial ao mesmo tempo que tem as finanças públicas em degradação acentuada não permitindo o governo cumprir com as suas obrigações.

O mesmo defende, para que o país diminua os riscos de financiamento, cumpra com os critérios de convergência regional e atinja a sustentabilidade da dívida pública é necessário produzir mais, desenvolver os setores de atividade, mais especificamente o setor industrial e reformar mecanismos de planeamento e controlo, de modo a evitar os investimentos irracionais. Por outra parte, com a elevada corrupção no país, boa parte dos empréstimos e doações são desviados para fins desconhecidos, o que leva o país ao longo de tempo num crescimento negativo de PIB e excesso de endividamento público.

⁴ Para consulta da entrevista na íntegra : https://www.rtp.pt/noticias/mundo/economia-da-guine-bissau-em-risco-de-entrar-em-default_n1270157

CAPÍTULO 6

Discussão dos Resultados

Com base nos dados recolhidos e compilados que descrevem a dívida pública e o crescimento económico da Guiné-Bissau, pode-se constatar que ao longo dos 30 anos de análise, isto é, de 1992 a 2022, as principais variáveis do estudo, nomeadamente o endividamento público e o crescimento económico apresentaram uma evolução cíclica, alternando períodos de aumentos exponenciais com diminuições significativas.

Estas oscilações foram influenciadas por períodos de sucessivas crises que levaram a desestruturação económica e precariedade das finanças públicas, resultando em recorrentes défices orçamentais que tiveram de ser financiados através da contração de dívidas.

A fraca mobilização de receitas públicas resultantes da não diversificação de setores de atividade e elevada dependência de exportação de castanha de caju como principal fonte de obtenção de receita pública, levaram à deterioração das Finanças Públicas do país e a uma forte necessidade de contração de empréstimos junto aos credores nacionais e internacionais, levando a dívida pública a apresentar um forte crescimento.

Assim, na Guiné, a condição para a existência de elevada dívida pública é o baixo crescimento económico.

Visto que, na existência de crescimento económico que se refletisse em diversos setores de atividades, a necessidade de financiamento seria reduzida, bem como o nível dívida pública e o risco de sobre-endividamento seriam controlados.

Deste modo, a teoria defendida por Kumar (2010), de que o baixo nível do crescimento económico pode levar excesso de endividamento público é corroborada com o caso da Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau não é o excesso da dívida pública que leva a baixo crescimento económico, visto que mesmo nos períodos de baixo nível do endividamento público, como após o perdão da dívida pública pelas iniciativas HIPC em 2010 e MDRI em 2011, os parâmetros de crescimento económico se mantiveram semelhantes aos períodos em que a dívida apresentava valores elevados. Isto sugere que a dívida pública guineense não tem um efeito visivelmente direto no crescimento económico do país, e assim, refuta o estudo de Reinhart e Rogoff (2010), que defende a existência de um limiar no rácio da dívida pública sobre o PIB (90%), a partir do qual este começa a ter impacto negativo no crescimento económico. E de acordo ao exposto

anteriormente, na figura 5.4, em 2012 o rácio da dívida sobre o PIB, situou-se em 44%, isto é, 46 pontos percentuais abaixo do limiar de Reinhart e Rogoff, no entanto, no mesmo período e em 2014 o crescimento do PIB foi significativamente reduzido, apesar do nível de endividamento ser extremamente baixo.

Além da existência desta relação de causalidade, o excesso do endividamento na Guiné-Bissau depende de outros fatores exógenos, tais como a instabilidade política.

Com base, nos dados da evolução do PIB, observa-se um historial de recorrente instabilidade política e crises na Guiné-Bissau, os períodos de baixo crescimento económico tendem a ser posterior a crises socioeconómicas na Guiné-Bissau, nomeadamente após a guerra civil de 1998, posterior ao golpe de Estado de 2002, em 2012 e após a crise pandémica de 2020.

Estas instabilidades geraram desestruturação económica e paralisação dos setores de atividades, o que consequentemente teve efeitos significativamente negativo no desenvolvimento económico.

Imediatamente após estes períodos surge a necessidade de proceder a uma reestruturação económica, o que leva o Estado a incorrer em dívidas, devido à sua fraca capacidade de mobilização de recursos e insuficiência de receitas para fazer face às suas despesas.

A fragilidade institucional e a má utilização de recursos constituem igualmente fatores que têm afetado as finanças públicas do país.

O alto percentual de dívida sobre o PIB, que atualmente se situa em 81%, demonstra a ineficiência do Estado guineense na utilização dos financiamentos, uma vez que os alívios da dívida poderiam ser uma forma de estabilização do endividamento público se o uso de recursos fosse eficiente.

Os empréstimos obtidos maioritariamente não são utilizados de forma apropriada em investimentos com efeitos multiplicadores que gerem riqueza e promovam o desenvolvimento económico. Pelo contrário, grande parte dos recursos obtidos são destinados a financiar despesas correntes da Administração Pública, mais especificamente encargos salariais e apoio orçamental.

Deve igualmente ressaltar-se a existência de elevado nível de corrupção, que resulta em desvios avultados nos cofres do Estado e em aparecimento de dívidas fictícias não auditadas, contribuindo para a acumulação da dívida pública. E conforme defendem Velasco (2014); Freddy, Hoebeeck & Buyse (2013) existe maior propensão a que a dívida pública seja elevada e a qualidade da gestão pública seja inferior nos governos com menor taxa de mobilização de

receitas, baixa transparência e altos níveis de corrupção, características essas que figuram no cenário estrutural da Guiné-Bissau.

Dada a estrutura da dívida guineense, constata-se que a dívida pública da Guiné-Bissau enfrenta um problema de sobre-endividamento devido à sua incapacidade de cumprir com as suas obrigações, especialmente em relação aos encargos da dívida, o que, posteriormente, poderá dificultar a obtenção de empréstimos concessionais ou aumentar as taxas de juros em decorrência do alto prêmio de risco.

Conclusão

O aumento sem precedentes do endividamento público em todo o mundo, despertou interesse de vários autores para o estudo desta temática, com objetivo de perceber a dinâmica da evolução da dívida pública, identificar as suas principais causas e compreender a relação entre a dívida pública e o crescimento económico, para possibilitar a implementação de políticas capazes de promover o desenvolvimento económico.

A fim de compreender a situação da Guiné-Bissau num contexto mais alargado da relação entre a dívida e o crescimento económico, esta tese centrou-se numa análise conjunta de dados, informações e aspetos relevantes do endividamento público e crescimento económico, bem como, o histórico das suas evoluções ao longo dos 30 anos, de 1992 a 2022.

Conclui-se pela existência de uma relação de causalidade entre a dívida pública e o crescimento económico, sob a perspetiva da dívida pública guineense ser uma variável dependente do fraco crescimento económico deste país.

Na Guiné-Bissau o excessivo endividamento público é resultante do baixo crescimento económico vigente, que advém de falta de diversificação dos setores de atividade, instabilidade política e má alocação dos recursos financeiros disponíveis.

A análise revela uma grande debilidade das finanças públicas guineenses, com destaque para a estrutura da dívida, que apresenta um nível elevado, aliado a uma percentagem de dívida que não atende aos critérios estabelecidos pela UEMOA. A Guiné-Bissau é o país com maior dívida pública da comunidade, apresentando um rácio de dívida sobre PIB em torno de 81% em 2022.

Como forma de mitigar o elevado endividamento, o país deve utilizar os empréstimos de forma adequada, em investimentos que gerem um retorno significativo para a economia, trabalhar na contenção de despesas públicas não prioritárias e combater severamente a corrupção existente, que afeta negativamente o funcionamento do aparelho do Estado.

Além de medidas para reduzir o nível do endividamento, é imprescindível uma reestruturação económica direcionada para uma maior diversificação de setores, e a exploração de atividades com elevadas potencialidades de gerar riqueza, com objetivo de diminuir a sua elevada dependência da monocultura de castanha de caju e promover o desenvolvimento económico.

Dívida Pública e Crescimento Económico – O Caso da Guiné-Bissau

A presente dissertação, à semelhança dos outros estudos empíricos, também apresenta algumas limitações. A dificuldade na obtenção de dados estatísticos reais e informações credíveis constitui a principal limitação deste trabalho.

A escassez de informação e a falta de transparência nas contas públicas, resultaram em incongruências nos dados coletados, visto que as principais fontes para obtenção de dados, tais como, o Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, o BCEAO e o Banco Mundial apresentam indicadores macroeconómicos relativos ao mesmo período com valores bastante distintos, o que prejudica a veracidade e dificulta o correto tratamento dos dados obtidos.

As investigações futuras são extremamente necessárias para suprir a carência de trabalhos que analisam aspetos macroeconómicos da Guiné-Bissau. E poderão debruçar-se sobre possíveis políticas económicas que possam promover o crescimento económico do país e sobre implementação de mecanismos de controlo e gerenciamento capazes de orientar os fluxos financeiros para setores produtivos da economia de forma eficiente e mitigar o elevado endividamento público na Guiné-Bissau.

Bibliografia

- Banco de Portugal. (2000). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 1999-2000*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Banco de Portugal. (2002). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste - 2001-2002*. Lisboa: BP.
- Banco de Portugal. (2015). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2014-2015*. Lisboa: BP.
- Banco de Portugal. (2019). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2018-2019*. Lisboa: BP.
- Banco de Portugal. (2020). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2019-2020*. Lisboa: BP.
- Banco de Portugal. (2021). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2020-2021*. Lisboa: BP.
- Banco de Portugal. (2022). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2021-2022*. Portugal: BP.
- Beqiraj E. et al. (2018). Sustentabilidade da Dívida Pública: Um estudo empírico nos países da OCDE. *Journal of Macroeconomic*(58), 238-248.
- Braz, C., & Campos, M. M. (2019). *Uma Avaliação analítica da sustentabilidade da dívida pública portuguesa*. Banco de Portugal.
- Burnside, C. (2004). *Fiscal Sustainability in Theory and Practice* . World Bank.
- Camuri, P. A. (2015). *Endividamento público e crescimento econômico: evidências teóricas e empíricas para economias desenvolvidas e emergentes*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Cassamá, A. S. (2020). *Desafios da Banca Guineense*. (C. Blog, Ed.)
- Cassola, N. (1985). *Estratégias de Desenvolvimento Comparadas na Guiné-Bissau*.
- Cateia, J. V., Silva, I. C., & Rohenkohl, J. E. (2018). *A mudança Estrutural em Guiné-Bissau*. 21 DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97> .
- D´Almeida, M. P. (2020). *Implementação do Programa de Acção de Istambul na Guiné-Bissau 2011-2020*. Direção Geral da Cooperação Internacional, Bissau .

- Eberhardt, M., & Presbitero, A. (2015). Public debt and growth: Heterogeneity and non-linearity. *Journal of International Economics*, 97, 45-58.
- Eisner, R. (1992). Deficits: Whit, How Much and So What. *The American Economic Review*.
- Fernández, M., & Velasco, C. G. (2014). Shadow economy, corruption and public debt in Spain. *Journal of Policy Modeling*, 36, 1101-1117.
- FMI. (2011). Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - DENARP. Fundo Monetário Internacional . FMI.
- FMI. (2013). Relatório do Corpo Técnico sobre as Consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV; Análise de Sustentabilidade da Dívida; Anexo Informativo; Nota de Informação ao Público sobre a Discussão no Conselho de Administração e Intervenção do Administrador do FMI. Washington, D.C: FMI.
- FMI. (2014). Pedido de Desembolso ao Abrigo da Linha de Crédito Rápido- Relatório do Corpo Técnico, Comunicado de Imprensa e Pronunciamento do Administrador para Guiné-Bissau. Washington, D.C: FMI.
- FMI. (2014). Revised Guidelines for Public Debt Management. I.M.F.
- FMI. (2017). Washington, D.C: FMI.
- FMI. (2018). Relatório 18/147 - Quinta Avaliação no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado. Washington, D.C.: FMI.
- FMI. (2021). Pedido de Desembolso no Âmbito do Crédito Rápido Facilidade- Análise de Sustentabilidade da Dívida. FMI.
- FMI. (2022). Segunda Avaliação do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico. Washington, D.C: FMI.
- FMI. (2023). Primeira Avaliação ao Abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. Washington, D.C.: FMI.
- Fonseca, D. (1988). Situação económica da Guiné-Bissau: Alguns problemas. Lisboa: Centro de estudos sobre África.
- Fonseca, D. (1988). Situação Económica da Guiné-Bissau: Alguns problemas. Lisboa.
- Guzman, M., & Heymann, D. (2016). A Análise de Sustentabilidade da Dívida do FMI: Questões e Problemas. *Journal of Globalization and Development*.
- Heylen, F., Hoebeeck, A., & Buyse, T. (2013). Government efficiency, Institutions and the effects of fiscal consolidation on public debt. *European Journal of Political Economy*, 31, 40-59. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2013.03.001>

- Jalles, J. T. (2011). The Impact of Democracy and Corruption on the Debt-Growth Relationship in Developing Countries. *Journal of Economic Development*, 36(4).
- Krugman, P. (1988). Financing vs. forgiving a debt overhang. *Journal of Development Economics*, 29, 253-268.
- Kumar, M., & Woo, J. (2010). Public Debt and Growth. IMF Working Paper, 1-47.
- Lima, S. C., & Diniz, J. A. (2016). Contabilidade Pública - Análise Financeira Governamental. Atlas.
- Mateus, A. M. (2022). Anexo E - Sustentabilidade da Dívida Pública. Obtido de <https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-07/anexo-e-sustentabilidade-da-divida.pdf>
- Melecky, M. (2012). Formulation of public debt management strategies: An empirical study of possible drivers. *Economic Systems*, 218-234. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2011.08.001>
- Ministério da Economia e Finanças. (2020). Avaliação do Impacto da Pandemia Covid 19 na Economia da Guiné-Bissau. Bissau: MEF.
- Ministério da Economia e Finanças. (2020). Relatório das Finanças Públicas da Guiné-Bissau 2019. Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos. Bissau: MEF.
- Ministério de Economia e Finanças. (2019). Boletim Estatístico da Dívida Pública 2014-2018. Direção Geral da Dívida Pública. Bissau: MEF.
- Ministério de Economia e Finanças. (2020). Boletim Estatístico da Dívida Pública 2019. Direção Geral de Dívida Pública. Bissau: MEF.
- Ministério de Economia e Finanças. (2021). Boletim Estatístico da Dívida Pública 2021. Direção Geral das Finanças. Bissau: MEF.
- Ministério de Economia e Finanças. (2021). Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental. Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos. Bissau: MEF.
- Ministério de Economia e Finanças. (2023). Boletim Estatístico da Dívida Pública 2022. Direção Geral de Dívida Pública. Bissau: MEF.
- Mohd, D. A., & et al, A.-S. W. (2013). Does external debt contribute to Malaysia economic growth? *Economic research-Ekonomska istraživanja*, 51-68.
- OCDE. (2011). Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau. OCDE Publishing.
- OCDE. (2011). Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: Republica da Guiné-Bissau. OECD Publishing.

- OECD, Bank, A. D., & Programme, U. N. (2017). Guiné-Bissau. African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation. Paris: OECD Publishing.
- Panizza, U. (2008). Domestic and external public debt in developing countries. United Nations Conference on Trade and Development Discussion.
- Panizza, U., & Presbitero, A. (2014). Public debt and economic growth: Is there a causal effect? *Journal of Macroeconomics*, 21-41. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jmacro.2014.03.009>
- PNUD. (2022). Relatório Anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Guiné-Bissau 2021-2022. PNUD.
- Presbitero, A. (2012). Total Public Debt and Grow in Developing Countries. *The European Journal of Development Research*, 606-626.
- Reinhart, C., & Rogoff, K. (2013). Financial and Sovereign Debt Crises: Some Lessons Learned and Those Forgotten. IMF Working Paper , 4.
- Sangremam, C., Zeverino, G., Sousa, F. d., & Barros, M. (2006). A evolução política recente na Guiné-Bissau : as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. Instituto Superior de Economia e Gestão . Lisboa: CEsA.
- Sangreman, C. (2016). A Política Económica e Social na Guiné-Bissau - 1974-2016. Lisboa: Working Paper Cesa CSG.
- Seidi, U. (Dezembro de 2021). Dívida Pública da Guiné-Bissau. Leeds.
- Sheifer, A., & Vishny, R. (1993). Corruption. *The Quarterly Journal of Economics*, 108(3), 599-617. DOI: <https://doi.org/10.2307/2118402>
- Silva, J. I. (Maio de 2015). A Integração Económica da Guiné-Bissau na UEMOA. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- UNILAB. (2022). Obtido de <https://unilab.edu.br/guine-bissau-2/>
- Were, M., & Mollel, L. (2020). Sustentabilidade da Dívida Pública e Dinâmica da Dívida - O Caso da Tanzânia. Uongozi Institute.
- Wheeler, G. (2004). Sound Practice in Government Debt Management. Washington, DC: World Bank.
- World Bank. (2015a). Memorando Economico do País- Terra Ranca! Relatório 58296-GW. Washington DC: World Bank.
- World Bank. (3 de Abril de 2023). Obtido de <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview#1>

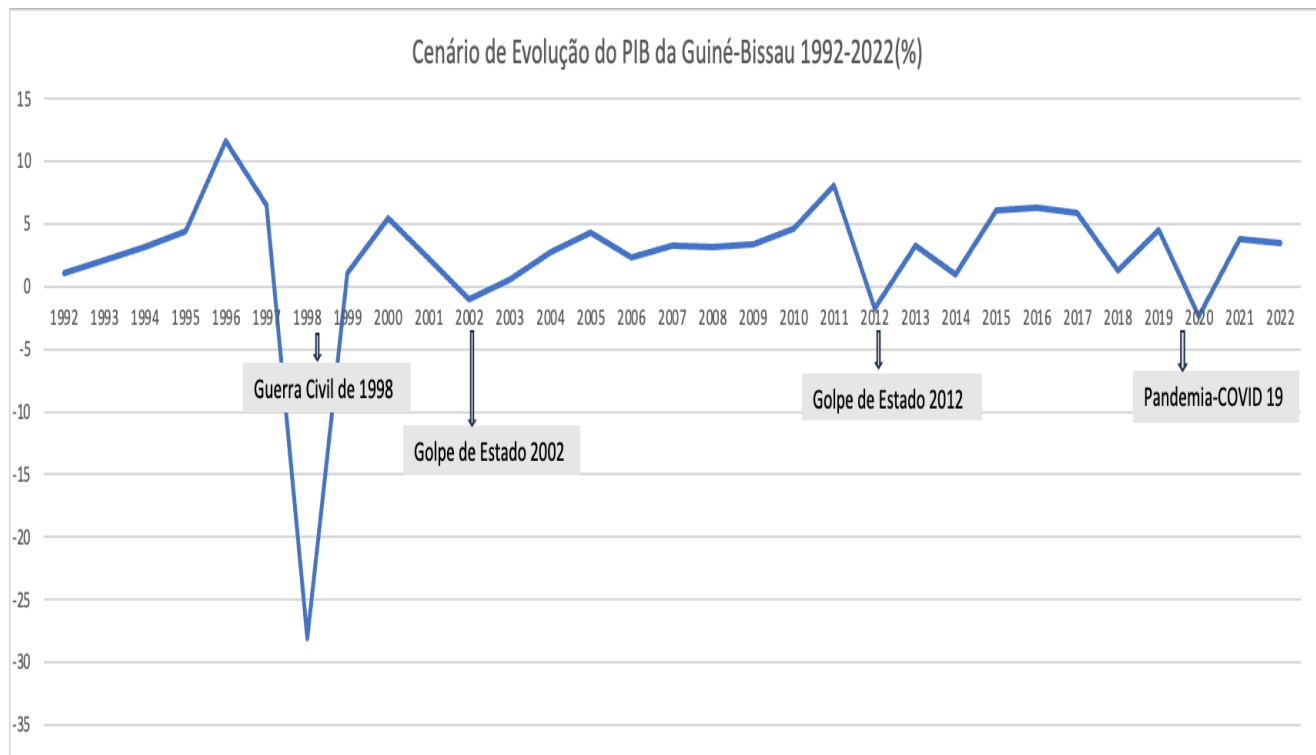
Anexos

Anexo A. Evolução do PIB anual da Guiné-Bissau 1992-2022

ANO	Taxa de Crescimento do PIB
1992	1,10%
1993	2,10%
1994	3,20%
1995	4,40%
1996	11,60%
1997	6,50%
1998	-28,10%
1999	1,03%
2000	5,43%
2001	2,19%
2002	-0,99%
2003	0,57%
2004	2,76%
2005	4,27%
2006	2,31%
2007	3,26%
2008	3,20%
2009	3,37%
2010	4,61%
2011	8,08%
2012	-1,71%
2013	3,26%
2014	0,96%
2015	6,13%
2016	6,26%
2017	5,92%
2018	1,28%
2019	4,50%
2020	-2,40%
2021	3,80%
2022	3,50%

Fonte: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>

Anexo B. Cenário de Evolução do PIB da Guiné-Bissau 1992-2022



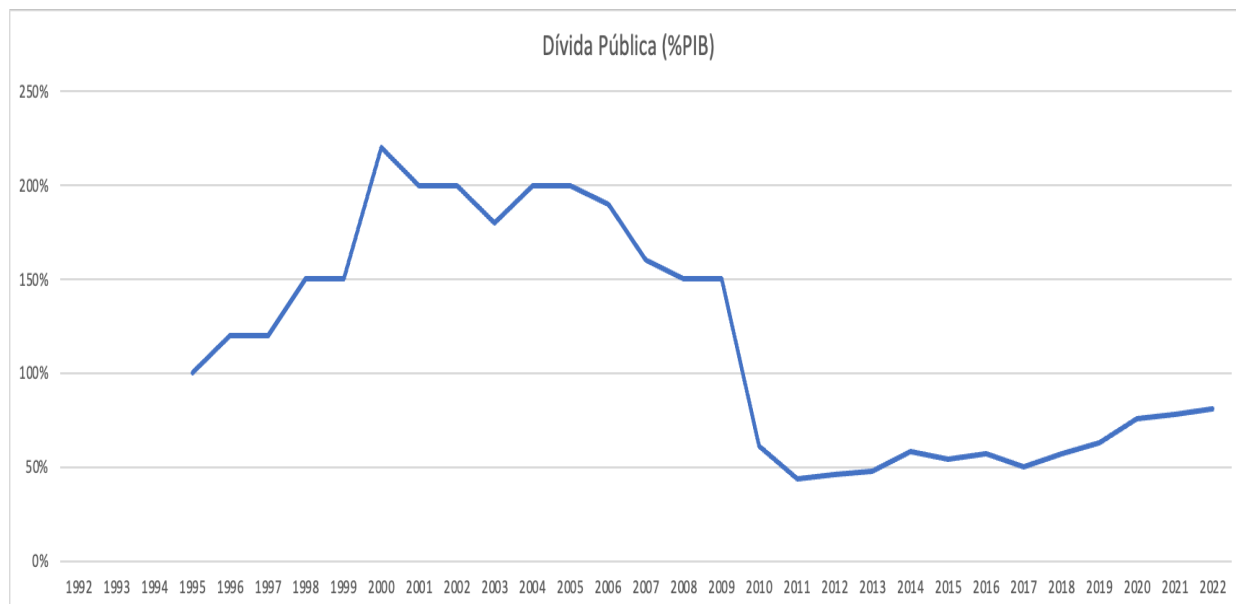
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de World Bank

Anexo C. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau 1992-2022

ANO	Dívida Pública%PIB
1992	85%
1993	-
1994	-
1995	100%
1996	120%
1997	120%
1998	150%
1999	150%
2000	220%
2001	200%
2002	200%
2003	180%
2004	200%
2005	200%
2006	190%
2007	160%
2008	150%
2009	150%
2010	61%
2011	44%
2012	46%
2013	48%
2014	58%
2015	54%
2016	57%
2017	50%
2018	57%
2019	63%
2020	76%
2021	78%
2022	81%

Fonte: Country Economic

Anexo D. Evolução da Dívida Pública da Guiné-Bissau 1992-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Country Economic